

---

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: BRASIL E PORTUGAL NO SÉCULO XXI****RESPONSABILIDAD SOCIAL EN EDUCACIÓN: BRASIL Y PORTUGAL EN EL SIGLO  
XXI****SOCIAL RESPONSIBILITY IN EDUCATION: BRAZIL AND PORTUGAL IN 21<sup>ST</sup> CENTURY**Camila Azevedo Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo analisa a atuação empresarial através do movimento da responsabilidade social em duas formações sociais concretas (Brasil e Portugal), tendo em vista suas repercussões para a educação. Alicerçado no materialismo histórico e, mais especificamente, nas formulações de Antonio Gramsci, busca-se apreender as relações de poder que atravessam a aparelhagem estatal e a sociedade civil na configuração de uma nova sociabilidade e de políticas educacionais fundamentadas na cultura empresarial, evidenciando as formas de legitimação da hegemonia da classe dominante.

**Palavras-chave:** responsabilidade social; educação; hegemonia.

**Resumen:** Este estudio examina la acción empresarial a través del movimiento de la responsabilidad social en dos formaciones sociales concretas (Brasil y Portugal), a la vista de las implicaciones para la educación. Guiado por el método del materialismo histórico y, más específicamente, por las formulaciones de Antonio Gramsci, este trabajo busca comprender las relaciones de poder que atraviesan el aparato del Estado y la sociedad civil en la creación de una nueva sociabilidad y políticas educativas basadas en la cultura empresarial, con la demostración de las formas de legitimación de la hegemonía de la clase dominante.

**Palabras clave:** responsabilidad social; educación; hegemonía.

**Abstract:** This study analyzes the business activities through social responsibility movement into two concrete social scenarios (Brazil and Portugal), observing its implications for education. Guided by the historical materialism method and, more specifically, by the formulations of Antonio Gramsci, this work intends to understand the power relations that cross the state apparatus and civil society in the creation of a new sociability and educational policies based on the business culture by revealing in which ways these issues legitimize the dominant class hegemony.

**Keywords:** social responsibility; education; hegemony.

**Introdução**

Alicerçado no materialismo histórico como perspectiva epistemológica, o presente trabalho analisa o movimento da responsabilidade social e suas repercussões para a educação brasileira e portuguesa nos anos iniciais do século XXI. O objetivo é apreender os nexos entre a atuação empresarial e a educação com base nas contribuições teóricas do pensador marxista italiano Antonio Gramsci, especificamente os conceitos de Estado ampliado e hegemonia<sup>2</sup> (GRAMSCI, 2000b), evidenciando em que medida as entidades que atuam no movimento da responsabilidade social se constituem enquanto representantes dos interesses burgueses, exercendo o papel de aparelhos privados de hegemonia que atuam na sociedade civil como organizadores da vontade coletiva.

O trabalho segue organizado em dois momentos, buscando analisar (1) a relação entre o fenômeno da mundialização da educação e o movimento da responsabilidade social, com base nas formulações de nova pedagogia da hegemonia, direita para o social e capital-imperialismo; e (2) a origem e as repercussões da responsabilidade social no movimento histórico, com destaque para as especificidades desse processo nas realidades brasileira e portuguesa.

### *1. Mundialização da educação e responsabilidade social*

Considerando o fenômeno da mundialização da educação no contexto de internacionalização do capital, compreende-se que as reformas educacionais implementadas nos países dependentes, em que pesem as especificidades locais, seguiram as mesmas orientações traçadas pelos organismos internacionais. Nesse sentido, cabe ressaltar que a mundialização da educação faz parte do projeto neoliberal com a intenção de uniformizar a “integração global” e de instituir novas condicionalidades para empréstimos e doações para o setor educacional, repercutindo também na construção da sociabilidade capitalista (MELO, 2003).

Tendo em vista os desdobramentos da mundialização da educação, Neves (2005) evidencia um movimento mais amplo denominado de nova pedagogia da hegemonia, que envolve um conjunto de estratégias que visam educar o consenso no mundo contemporâneo, cujas estratégias da repolitização da política estão fundamentadas em soluções individuais, na pequena política e na privatização e fragmentação das políticas sociais (NEVES, 2005).

Nesse contexto, a responsabilidade social se consolida como a nova ideologia da classe empresarial no Brasil e no mundo, o que vem configurando politicamente o empresariado enquanto a direita para o social, uma força social de novo tipo que defende a suposta possibilidade de conciliar fundamentos de uma economia de mercado com justiça social na perspectiva de consolidação do capitalismo de face humanizada (MARTINS, 2009). Esse movimento também assegura a hegemonia burguesa e a coesão cívica por meio da difusão dos princípios norteadores do programa neoliberal da Terceira Via<sup>3</sup>: a sociedade civil ativa, uma sociedade sem antagonismos; o novo Estado democrático, um Estado necessário e gerencial; e o individualismo como valor moral radical, que pressupõe um cidadão reflexivo com espírito empreendedor e iniciativa individual (MARTINS, 2009).

Haja vista a inserção subalterna do Brasil e de Portugal na divisão internacional do trabalho, com destaque para a convergência das diretrizes dos organismos internacionais com as políticas educacionais desses países (SILVEIRA, 2011), cabe evidenciar a relevância de articular as características dos países de capitalismo dependente com o que Fontes (2010) denomina de capital-imperialismo – a atual fase de desenvolvimento capitalista que se inicia após a Segunda Guerra Mundial, trazendo modificações para o conjunto da vida social que aprofundam a necessidade intrínseca do capital de reprodução ampliada. Nessa direção, o “epicentro do capital-imperialismo forjou uma expansão contraditória, tensa e impulsionadora da socialização da produção, capaz de se deslocar e de entricheirar-se internamente em países que não compunham seu polo central” (FONTES, 2010, p.209). A atuação dos grupos

proprietários crescentemente multinacionais, capaz de incorporar uma infinidade de empresas, “ampliou exponencialmente o leque de atividades sob o mesmo rótulo empresarial” (FONTES, 2010, p.168), sedimentando um processo caracterizado por uma nova forma de concentração capital-imperialista em que “não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo”, pois todas as formas de capital estão “*pornograficamente entrelaçadas*” (FONTES, 2010, p.198).

## **2. Responsabilidade social: origem e repercussões na educação**

Para compreender a responsabilidade social, o presente trabalho se fundamenta, particularmente, na análise de Martins (2009) sobre a difusão do projeto neoliberal da Terceira Via, um programa capaz de remodelar a sociabilidade capitalista para o século XXI baseado na noção de um suposto capitalismo de face humanizada que busca conciliar os princípios da economia de mercado com a justiça social.

O caso dos Estados Unidos é o mais emblemático entre os países que aplicaram o programa neoliberal da Terceira Via. No período de governo Bill Clinton, diante da já consolidada sociabilidade marcada pela iniciativa de organização da sociedade civil (*american way of life*), os Estados Unidos alcançaram rápidos resultados e lideraram o processo de internacionalização da Terceira Via. No âmbito da aparelhagem estatal, as políticas públicas para as áreas sociais foram redefinidas, tendo crescimento de recursos públicos e ampliação das parcerias com as organizações não-governamentais. A reforma educacional, vinculada ao projeto de nação, baseou-se numa educação escolar e ético-política atravessada pelo fenômeno de mobilização da sociedade civil através da constituição de parcerias (MARTINS, 2009).

Identificando que o período de governo Obama apresenta sinais de continuidade do período de governo Bush, Sardinha (2011) analisa as repercussões da reestruturação produtiva e das reformas do aparelho de Estado no âmbito educacional através da consolidação das escolas *charter*, um verdadeiro mecanismo de atualização da lógica mercantil na escola pública estadunidense. O modelo de gestão das escolas *charter*, que teve início nos Estados Unidos em 1991, está baseado, sob os princípios de autonomia e eficácia, no financiamento de entidades da sociedade civil para administrar a educação básica pública. A agenda neoliberal da educação do programa de Bush (*No Child Left Behind*) foi reafirmada e aprofundada pelo governo Obama através de um discurso sobre a crise que mudou a ênfase de equidade para “excelência” (SARDINHA, 2011, p.6).

Também constata-se a presença da Terceira Via na Europa nos anos de 1990, revelando a influência do programa como referência para partidos políticos, sindicatos e demais organizações. Na Inglaterra, as forças sociais ligadas ao trabalho demonstraram colaboração com as forças do capital, sendo que as ações do governo Tony Blair no campo educacional evidenciaram a assimilação da educação enquanto um campo estratégico para a formação do novo tipo de cidadão requerido pela nova fase do capitalismo (MARTINS, 2009, p.99).

Analisando o período de governo Tony Blair, Gewirtz (2002) evidencia como as políticas do primeiro e do segundo mandato do New Labor, que se tornaram uma referência até mesmo para a

esquerda europeia, influenciaram a consolidação de uma agenda para a educação baseada nos princípios da Terceira Via. Os efeitos pedagógicos desse movimento revelam que a agenda para a educação do New Labor está fundamentada na conciliação entre uma perspectiva gerencialista e uma perspectiva humanista (GEWIRTZ, 2002).

A influência da Terceira Via na definição de uma determinada agenda para a educação também é verificada na América Latina, cuja reforma educativa nos anos 1990 revela a consolidação de uma nova lógica de organização e gestão do sistema educativo com base em princípios como flexibilidade, liberdade, diversidade, competitividade e participação, o que contribuiu para os processos de descentralização e privatização da educação por meio de duas perspectivas fundamentais: a do sistema de *vouchers* e a da transferência de funções e responsabilidades para a comunidade (KRAWCZYK, 2005). O sistema de *vouchers* ou vale-educação se constitui na distribuição de recursos para as escolas públicas e privadas através de subsídios dos governos financiados por impostos, estimulando a competição entre as escolas públicas, e entre as escolas públicas e privadas. Outra dimensão relevante é o incentivo da ideia de autogestão, da qual emerge os modelos das escolas cooperativas e das escolas *charter* – uma modalidade de escola pública financiada com recursos públicos e operada por entidades independentes (KRAWCZYK, 2005, p.812).

### ***2.1 Atuação do empresariado brasileiro***

Segundo Cesar (2008), a noção de “empresa-cidadã”, baseada na suposta “diminuição” do papel do aparelho de Estado e na mobilização da “sociedade civil” nas questões sociais, vem dando suporte à atuação dos empresários brasileiros enquanto “protagonistas sociais” numa estratégia de manutenção da hegemonia burguesa.

Na conjuntura dos anos 1990, momento da emergência, expansão e visibilidade da empresa-cidadã, verifica-se o surgimento de um grande número de entidades empresariais diante do objetivo de articular o empresariado em torno de interesses mais amplos, o que evidenciou um movimento inovador por parte da burguesia, que tendo empreendido, historicamente, suas revoluções “pelo alto”, passa a se preocupar com a construção do consenso (CESAR, 2008, p.160).

Analisando que a atuação do empresariado intenciona “publicizar” o privado, mais do que privatizar o “público”, Cesar (2008) revela o interesse das empresas em se inserirem enquanto “protagonistas sociais” através dos princípios da responsabilidade social e da *accountability*, uma vez que “o investimento social recompensa, gera lucros e atrai investidores” (CESAR, 2008, p.280).

Segundo Martins (2009), o desenvolvimento da responsabilidade social no contexto brasileiro tem como ponto de partida as mobilizações empresariais em torno da organização denominada de Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). O organismo foi criado em 1987 em São Paulo, tendo por objetivo a renovação da classe burguesa, diante do cenário desafiador das mudanças na economia mundial nos anos de 1970 e 1980, através da difusão de temas de democracia, participação e representatividade. Sua consolidação política pode ser verificada com o seu papel de interlocutor do governo Collor com o empresariado e organizações sindicais.

Diante da reorganização do PNBE com o *impeachment* presidencial e com a vitória eleitoral da candidatura de Fernando Henrique Cardoso, a hegemonia da classe dominante foi assegurada e efetivou-se uma mobilização empresarial mais orgânica nas questões sociais, culminando com a criação de dois aparelhos privados de hegemonia formuladores da ideologia da responsabilidade social: o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. O GIFE foi criado em 1995, em São Paulo, como uma referência no que denomina de “investimento social privado” nas questões sociais. O Instituto Ethos foi criado pelos empresários em 1998, sendo consolidado dois anos depois com a formulação e difusão de ideias que conciliam gestão eficiente com desenvolvimento social e ambiental do país. Vale ressaltar que em 2000 houve um fortalecimento do fenômeno da responsabilidade social no Brasil com a oficialização da ligação entre GIFE e Instituto Ethos (MARTINS, 2009).

As formulações e ações desenvolvidas pelo GIFE e pelo Instituto Ethos foram centrais para a formação de intelectuais afinados com a nova sociabilidade baseada nos preceitos da responsabilidade social, o que se constituiu em uma verdadeira atividade educativa capaz de impulsionar a participação direta das empresas em projetos sociais e educacionais através da política de parcerias. A legitimação dessa nova sociabilidade orientada pela ideologia da responsabilidade social também se materializou na aparelhagem estatal, sendo os programas e projetos executados pela Comunidade Solidária, do governo Fernando Henrique Cardoso, fenômenos de grande expressividade da consolidação de políticas sociais compensatórias e focalizadas.

No contexto do bloco no poder do período de governo Lula da Silva, ressalta-se a influência das reformas educacionais estadunidenses de caráter neoliberal, notadamente o modelo das escolas *charter*, nos projetos educacionais difundidos pelo empresariado brasileiro no âmbito do movimento “Todos pela Educação”. A Fundação Itaú Social assume protagonismo na defesa desse modelo como alternativa para a educação básica (SARDINHA, 2011).

O movimento “Todos pela Educação” foi legitimado pelo Decreto nº 6.094/07, que dispõe sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, contexto no qual se insere o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que, nos termos de Sardinha (2011), se constituiu no “carro-chefe da educação de Lula”.

Segundo Sardinha (2011), a atuação de fundações ditas sem fins lucrativos, vinculadas às empresas nas instituições educacionais públicas, se amparou na lei das Parcerias Público Privadas (Lei nº 11.079/2004), sendo que a reconfiguração da sociedade civil no período de governo Lula da Silva significou a adoção de uma política privatizante no âmbito educacional. Diante desse cenário, a autora identifica a semelhança entre os mecanismos reformistas da educação brasileira e estadunidense, elucidando que os vínculos de dependência com os países capitalistas centrais “se expressam na educação através do financiamento e orientação do movimento Todos pela Educação pelos grandes monopólios internacionais” (SARDINHA, 2011, p.10).

Por fim, cabe ressaltar que a primeira iniciativa de implementação de uma escola *charter* no Brasil ocorreu no estado de Pernambuco, numa parceria entre a Secretaria de Educação do Estado de

Pernambuco (SEE-PE) e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), através do projeto “Procentro” gerido pela Fundação Itaú Social. Também existem outras organizações parceiras do “Todos Pela Educação” que desenvolvem iniciativas de gestão escolar público-privada, como a Fundação Odebrecht que fundou uma escola *charter* no baixo sul da Bahia, em uma articulação política com a Secretaria de Educação do Estado (SARDINHA, 2011).

## 2.2 Atuação do empresariado português

Como ponto de partida para apreender a organização do empresariado europeu no movimento da responsabilidade social, cabe ressaltar o interesse em renovar a sociabilidade capitalista na Europa através da publicação, em 2001, do “Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas”, que evidencia uma argumentação legitimadora do movimento da responsabilidade social, fazendo menção ao objetivo da Comissão Europeia de criação da “*Enterprise Europe*” – uma Europa aberta, inovadora e empreendedora (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2001).

No estudo “Responsabilidade social nas PME: Casos em Portugal”, coordenado por Santos (2006), ressalta-se, dentre outros marcos de afirmação institucional da responsabilidade social, o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES, 2000-2006), cuja orientação revela o objetivo de integrar a responsabilidade social ao projeto de sociedade de Portugal (SANTOS, 2006), o que está materializado nas orientações do bloco no poder no “Parecer de Iniciativa sobre a Responsabilidade Social das Empresas”, emitido em Janeiro de 2003 pelo Conselho Económico e Social (CES).

Em convergência com o Livro Verde, o Parecer (2003, p.22) traz constatações sobre o atraso de Portugal em relação aos demais países da UE, destaca as “grandes desvantagens competitivas” do país e elege a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) como “um elemento-chave para o aumento da capacidade competitiva”, revelando o interesse de conduzir o movimento da responsabilidade social como uma estratégia para incrementar a competitividade e aumentar as possibilidades de uma boa inserção internacional diante dos imperativos da competitividade global.

Diante dessas correlações de forças na formação social portuguesa, busca-se evidenciar, a seguir, o papel exercido por três aparelhos privados de hegemonia capazes de organizar a cultura empresarial, contribuindo para a consolidação de uma nova sociabilidade fundamentada na ideologia da responsabilidade social.

Fundada em 1995, a CSR Europe (*The European Business Network for Corporate Social Responsibility*) surgiu em resposta ao apelo de combate à exclusão social e ao desemprego, de 1993, do então presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors. A entidade se autodenomina como a principal rede de empresas europeia para a RSE, estando presente em 23 países europeus com o objetivo de tornar as empresas associadas e a Europa em “líderes globais da competitividade sustentável e do bem-estar social” (CSR EUROPE, 2010, p.7). A entidade liderou a primeira campanha sobre RSE na Europa e fundou, em conjunto com um grupo de universidades e escolas de negócios, a *European Academy of Business in Society* (atual *The Academy of Business in Society*, ABIS), o que expressa o objetivo de formar intelectuais orgânicos<sup>4</sup>

para difundir e organizar a cultura empresarial. Em 2010, lançou a iniciativa Empresa 2020, em consonância com a Estratégia Europa 2020 da UE, realçando os interesses do empresariado em reafirmar o movimento da responsabilidade social nas orientações da Comissão Europeia.

Esses elementos revelam que a CSR Europe se constitui em um aparelho privado de hegemonia que atua enquanto formulador e difusor da ideologia da responsabilidade social no contexto europeu, tendo em vista repercussões em âmbito internacional. Em Portugal, destaca-se como parceiro dessa entidade o aparelho privado de hegemonia Grace (Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial).

Fundado em 2000, o Grace se define como pioneiro enquanto associação portuguesa sem fins lucrativos voltada para a problemática da Responsabilidade Social Empresarial. Cabe destacar que suas parcerias internacionais abrangem, além da CSR Europe, a *Business in the Community*, com sede em Londres, e a entidade brasileira Instituto Ethos. Em 2006, publicou o documento “As Empresas pela Educação”<sup>5</sup>, apresentando experiências concretas de empresas que atuam na educação portuguesa. No que se refere ao conteúdo das orientações disseminadas, cabe ressaltar a assimilação do objetivo da Estratégia de Lisboa, principalmente através da articulação da coesão social e da participação social à “Europa do Conhecimento, onde a competitividade e o desenvolvimento constituem elementos-chave” (GRACE, 2006, p.10). Considerando a responsabilidade social como um fator inovador de sucesso empresarial e a relação institucional escola/empresa como uma parceria, a entidade afirma: “Os projectos pensados pela empresa que tenham como objectivo a sua aplicação na área da Educação deverão ter uma base sólida de conhecimento da realidade daquele estabelecimento de ensino” (GRACE, 2006, p.33)

Pode-se considerar que a atuação do empresariado português nas questões sociais se consolidou com o caráter estratégico da Epis (Associação Empresários pela Inclusão Social), um aparelho privado de hegemonia que atua enquanto organizador da cultura empresarial, fundamentalmente da difusão da ideologia da responsabilidade social no âmbito da educação básica.

Esse processo de organicidade da atuação empresarial ganhou materialidade no período de governo do Primeiro Ministro José Sócrates (2005-2011) com a adesão do empresariado português ao apelo de uma mobilização social voltada ao compromisso cívico de inclusão social através da educação, lançado em 25 de Abril de 2006 pelo Presidente da República Aníbal Cavaco Silva. Essa adesão está expressa na criação da Epis, em 2006, a partir da atuação de um grupo de empresários e gestores portugueses, tendo o Presidente da República Cavaco Silva como Associado de Honra e Presidente de Honra do Conselho Consultivo.

A atuação da Epis está fundamentada no tripé de capacitação *famílias-professores-alunos*, reafirmando experiências voltadas para o comportamento parental, práticas de gestão escolar e formação técnica e ético-política dos jovens. Em seus documentos, a Epis também evidencia o objetivo de integrar suas práticas à política do Ministério da Educação. Esse objetivo ganha relevo na correlação de forças com o respaldo e chancela do Presidente da República Cavaco Silva, cujas palavras no Prefácio do manual da entidade, “Educar com Sucesso”, traduzem os interesses por um projeto de sociedade fundamentado na colaboração social: “é urgente compreendermos que é tempo de superarmos a prática de relegar para o

Estado a responsabilidade quase exclusiva da formação das novas gerações. Todos somos responsáveis por esse desígnio” (CAVACO SILVA, 2007).

Diante da expressividade dessa entidade em Portugal e de sua atuação na educação básica com contribuição do aparelho de Estado, além do contexto do apelo de responsabilidade de todos, verifica-se uma mediação importante com o movimento empresarial brasileiro “Todos pela Educação”. Assim como no caso brasileiro, o empresariado português que atua na educação básica assume propostas gerencialistas que convergem com os princípios das denominadas escolas *charter*, o que coaduna forças para legitimar um modelo de gestão escolar conduzido por empresas e financiado por recursos públicos.

Enfim, inspirando-se em Fontes (2010, p.198), podemos afirmar que, assim como todas as formas de capital, as iniciativas do empresariado na educação estão “*pornograficamente entrelaçadas*”. As aproximações entre as concepções e estratégias analisadas revelam que os aparelhos privados de hegemonia disseminam um projeto educativo a serviço do mercado e voltado para a produtividade, competitividade e coesão social, elucidando a organicidade da ideologia da responsabilidade social e seu poder de legitimar um novo padrão de sociabilidade.

### *Considerações Finais*

Diante das análises realizadas podemos concluir que a responsabilidade social no Brasil e em Portugal é difundida por aparelhos privados de hegemonia capazes de sedimentar determinados modos de pensar, agir e sentir de acordo com os interesses da classe dominante. Esse movimento assegura a hegemonia burguesa em cada formação social concreta e contribui para a legitimação dos princípios dominantes em âmbito internacional.

Assim como o empresariado brasileiro e o empresariado português convergem em seus projetos de sociedade e de educação, também se aproximam das diretrizes dos organismos internacionais, que, por sua vez, atuam enquanto verdadeiros aparelhos privados de hegemonia da classe dominante capazes de organizar a cultura burguesa em nível mundial.

As articulações políticas desses aparelhos privados de hegemonia (entidades empresariais e organismos internacionais) com os aparelhos de Estado do Brasil e de Portugal revelam um projeto de mundialização da educação, cujas bases indicam noções de educação capazes de consolidar tanto uma formação técnica dos trabalhadores-colaboradores que interesse ao mercado de trabalho, quanto uma formação ético-política dos cidadãos de acordo com a sociabilidade burguesa, o que contribui para uma (con)formação voltada para o capital; isto é, uma (con)formação para reafirmar uma agenda global para a educação baseada nos princípios da responsabilidade social, legitimando a mundialização da educação nos moldes de um capitalismo de face humanizada por meio de planos, diretrizes e políticas educacionais calcadas nos princípios da privatização e fragmentação sob a lógica da política de parcerias.

### *Referências*



- CAVACO SILVA, Aníbal. *Prefácio*. In: BARROS, Luísa, PEREIRA, Ana Isabel e GOES, Ana Rita. *Educar com Sucesso: manual para técnicos e pais*. EPIS – Empresários pela Inclusão Social. Lisboa: Texto Editores, 2007.
- CESAR, Monica de Jesus. *“Empresa-cidadã”*: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas, 2001.
- CSR EUROPE. *Enterprise 2020: Inteligente, Sustentável, Inclusivo*. Bélgica: CSR Europe, 2010.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRF, 2010.
- GEWIRTZ, Sharon. *Alcançando o sucesso? Reflexões críticas sobre a agenda para a educação da “Terceira Via” do New Labour*. Portugal: *Revista Eletrônica Currículo sem Fronteiras*, v.2, n.1, pp.121-139, Jan/Jun 2002.
- GRACE, Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial. *As Empresas pela Educação*. Adaptação do manual “O que as Empresas Podem Fazer pela Educação”, editado pelo Instituto Ethos. Lisboa, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Orelha de Leandro Konder. Quarta capa de Norberto Bobbio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.
- KRAWCZYK, Nora Rut. *Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania? Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 26, n.92, p.799-819, Especial – Out. 2005.
- MARTINS, André Silva. *A direita para o social: a educação para a sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- MELO, Adriana Almeida Sales de. *A mundialização da educação: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2005.
- PARECER de Iniciativa sobre a *Responsabilidade Social das Empresas*. Aprovado no Plenário de 17 de janeiro de 2003. Lisboa, 2003.
- SANTOS, Maria João Nicolau (coord.). *Responsabilidade social nas PME: Casos em Portugal*. Editora RH, 1ª Edição, 2006.
- SARDINHA, Rafaela Campos. *As Escolas Charter – investigação de um modelo educacional estadunidense defendido pela Fundação Itaú Social*. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 11 a 14 de abril de 2011.
- SILVEIRA, Zuleide Simas da. *Concepções de Educação Tecnológica na Reforma da Educação Superior: finalidades, continuidades e rupturas (1995-2010) – Estudo comparado Brasil e Portugal*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

---

## Notas

- <sup>1</sup> Formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestra e doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CNPq.
- <sup>2</sup> Gramsci (2000b, p.244) define os Estados democráticos contemporâneos como “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção”. Nessa perspectiva, a hegemonia é compreendida como um complexo processo de relações sociais vinculadas ao exercício do poder em que um grupo ou classe social procura subordinar moral e intelectualmente toda a sociedade, transformando ideias e concepções particulares em algo aceito como universal por todos (GRAMSCI, 2000b).
- <sup>3</sup> Esse texto se baseia nas análises de Martins (2009) e Neves (2005) sobre o neoliberalismo da Terceira Via como a fase contemporânea do capitalismo, a partir dos anos 1990.

<sup>4</sup> Segundo Gramsci (2000a, p.21) os intelectuais criam e difundem certa cultura de maneira a exercer tarefas diferenciadas por graus – os criadores das várias ciências, da filosofia e da arte no mais alto grau e “os modestos 'administradores' e divulgadores da riqueza já existente, tradicional, acumulada” no mais baixo grau.

<sup>5</sup> Esse documento é uma adaptação do manual sobre a realidade brasileira “O que as empresas podem fazer pela educação” (1999), editado pelo Instituto Ethos.

Recebido em: 30/01/2017

Publicado em: abril de 2017